

2. Como e porque *somos* modernos a literatura como questão histórica

É um jovem escritor chamado Joaquim Maria Machado de Assis que publica em 1858, no jornal *A Marmota*, um artigo chamado “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira” onde ensaia, como o próprio título do texto indica, uma pequena análise do quadro literário brasileiro relacionado ao seu tempo histórico. O que está em jogo neste escrito é a articulação da produção literária do presente em que ele vive, tanto a um futuro quanto a um passado literário, que já se desenhava enquanto passado mais de trinta anos após a declaração da independência política do Brasil. É pela relação entre a formação de uma literatura brasileira e a autonomia política que Machado inicia seu argumento:

A literatura e a política, estas duas faces bem distintas da sociedade civilizada, cingiram como uma dupla púrpura de glória os vultos literários de nossa história de ontem. A política elevando as cabeças eminentes da literatura, e a poesia santificando com suas inspirações atrevidas as vítimas da agitação revolucionárias, é a manifestação eloqüente de uma raça heróica que lutava contra a indiferença da época, sob o peso das medidas de um governo absoluto e bárbaro. (Assis, M.; 1973, p. 785, v.III)

O trecho citado acima anuncia o quanto a literatura e a política eram, em um determinado sentido, duas faces de uma mesma moeda no caso brasileiro: com ambas buscava-se consolidar uma autonomia nacional em relação à antiga Metrópole portuguesa. Neste sentido, tanto uma quanto a outra tencionam assegurar uma distinção do tempo presente em relação a um determinado passado.

Deste modo, compreende-se a maneira como Machado se reporta ao período colonial brasileiro: um tempo de governo absoluto e barbárie, que causava desânimo a quem habitava o solo brasileiro. “A poesia de então tinha um caráter essencialmente europeu”, assinalava Machado linhas adiante no texto, complementando ainda que “a literatura escravizava-se, em vez de criar um estilo seu, de modo a poder mais tarde influir no equilíbrio literário da América” (Idem, p. 785). Nota-se aqui um escritor ocupado em diferenciar-se de uma primeira geração literária pós-independência – a qual ele delimita como *passado literário* – apesar de manter-se vinculado a ela, já que conserva um tópico muito abordado

pelas primeiras experiências críticas no Brasil até então: a relação entre o passado colonial brasileiro – marcado por uma escassez de obras literárias relevantes, com raras exceções, como o citado Basílio da Gama – e a guinada literária do período pós-22. Analisando o passado literário dos últimos trinta anos, Machado reforça um traço marcante da discussão literária de seus antecessores, isto é, a busca de um caráter moderno para a nascente literatura brasileira, pautando muitas vezes esta busca em oposições de diferentes espécies, tais como, europeu/ nacional, escravidão/independência, passado/presente, todas elas fundadas nas intrínsecas relações da produção literária com o contexto sócio-político dos momentos históricos em que foram geradas.

Até a análise de Machado de Assis em “O passado, o presente e o futuro da literatura brasileira”, ou ainda, até o momento das críticas de José de Alencar ao poema de Gonçalves de Magalhães em 1856, muito já se tinha debatido sobre a questão da literatura, da particularidade nacional e da idéia de moderno nas letras brasileiras. Levando-se em conta o que o debate da década de 1850 ainda mantinha de vínculo com as discussões das três décadas anteriores, acredito que seja relevante traçar os pontos centrais do passado daquele presente. É com este objetivo que pretendo analisar, neste primeiro capítulo, três textos centrais que conformam a ambiência literária na qual se inserirão as formulações de José de Alencar: Ferdinand Denis e seu “Resumo da história literária no Brasil”, de 1826; o Gonçalves de Magalhães do “Discurso sobre a história da literatura no Brasil”, de 1836; e “Da nacionalidade da literatura de brasileira”, texto publicado em 1843 por Santiago Nunes Ribeiro.

Antes disso, entretanto, convém ressaltar que a percepção da história e do tempo histórico como uma questão central tratada por reflexões sobre literatura não é uma marca apenas do movimento romântico brasileiro. Ao contrário, o que se nota é um intenso diálogo dos brasileiros – ou abasileirados – com idéias e leituras do ocidente europeu, trocas estas que confirmam aproximações ou distanciamentos entre os dois contextos. Neste sentido, será necessário apreciar, neste primeiro movimento do capítulo, levando em conta as limitações impostas pelos objetivos do trabalho, o *desejo de história* recorrente em debates literários da atmosfera romântica européia. Para este objetivo, tomarei como ponto de partida discussões de dois pensadores fundamentais para o amadurecimento das reflexões românticas do Velho Continente: são os casos do texto “Introdução à

história da literatura européia”, composto entre 1803-4¹ pelo filósofo alemão Friedrich von Schlegel (1772-1829); e do livro *Da literatura, considerada em suas relações com as instituições sociais*, escrito em 1800 por Anne-Louise-Germaine, a Madame Baronesa de Staël-Holstein, ou simplesmente Madame de Staël (1766-1817). Este último em especial será uma importante referência para os mencionados autores que escrevem sobre a história da literatura no Brasil.

2.1 Literatura e desejo de história

O Romantismo, em que pese suas especificidades nacionais, possui, de acordo com Stephen Bann (1995), um *desejo de história* como a linha que atravessa todo o movimento. Este desejo não se circunscreve apenas à formação do campo disciplinar história, com uma determinada padronização de seus métodos, mas também se estende a outros campos culturais, como a arquitetura, o romance e a pintura histórica, sendo consumida por um público cada vez maior na Europa. Além disso, o autor pondera que o Romantismo expande-se para além dos limites daquele continente, levando, para onde vai, o tal “desejo de história”.

Nas palavras de Bann “a consciência histórica é produto de um período romântico, quando o passado se torna possível de representação.”(Bann, S.; 1995, p. 6). Para o autor, a partir da referência da história há a formação de uma nova linguagem em que o passado oferece base para as mais diversas atividades culturais: “Se a ciência abomina o continuum, a história abomina a descontinuidade” (Idem, p. 7). Abominar uma descontinuidade significa elevar a primeiro plano a busca pela definição das heranças às quais pertencem os homens do presente, cabendo a estes produzir as tradições que querem inserir-se, como herdeiros legítimos.

Conferir um sentido a esse passado e “enformá-lo” em história significa, localizar no passado o início desse processo e apontar para o futuro sua completa realização. Ao mesmo tempo, legitima-se um presente em construção pelo sentido que é dado às experiências humanas no passado, atrelando-o muitas vezes a demandas políticas deste presente, como no caso dos projetos de afirmação dos Estados Nacionais. Nas palavras de Luiz Costa Lima: “Ramo da direção

¹ Conforme informação de Luiz Costa Lima In *Anima - História, teoria e cultura*. ano 1, número 1. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2001, p.151.

imprimida à história nacional, as histórias da literatura possuem o mesmo centro” (Costa Lima, L.; 1989, p.126). O autor ressalta a existência, no Romantismo, de uma estética historicista que se diferenciava da neoclássica por conceder maior ênfase aos elementos contextuais, como o clima e a língua. A estética neoclássica era compreendida por sua defesa de valores trans-históricos, expressos nas normas às quais as obras literárias deveriam se adequar, e pela obediência a uma razão suspensa de valores temporais.

No campo literário este desejo de história se expressa diretamente em reflexões sobre a teoria da literatura moderna. Neste caso é significativo o texto “Introdução à história da literatura européia”, escrito pelo alemão Friedrich Schlegel para a introdução a um curso de história da literatura realizado em 1804. No escrito, Schlegel analisa a relação entre a história da literatura e a história das nações modernas, ressaltando principalmente a necessidade do homem do presente estabelecer um intercâmbio intelectual com o passado: “São os grandes poetas, filósofos e estadistas do passado que estabelecem o mundo propriamente grande e a sociedade melhor formada” (Schlegel, F.; 2001, p. 131). Por esta via, Schlegel salienta a centralidade da história como forma de aprendizado através dos exemplos do passado. Isso o aproximaria a uma concepção ciceroniana de história que considera o passado útil para o homem do presente, por nele se encontrar lições morais e exemplo de aprendizado, levando em conta que a experiência do passado pode ser repetida e aplicada no presente. Entretanto, este parece não ser o principal objetivo de Schlegel no uso que ele faz do passado para compreender a literatura moderna.

A esse respeito, o ponto central que se apresenta no argumento do autor é o da busca por uma unidade que integre as mais diversas experiências literárias na Europa ao longo do tempo. Schlegel, neste texto, defende o princípio de que “a literatura européia forma um todo compacto e uma rede bem interligada, desde o começo da literatura grega até a mais recente de nosso tempo” (Idem, p. 145), onde todos os ramos se combinam internamente, fundando-se uns nos outros. O interesse maior seria em encontrar uma harmonia entre as experiências do passado, o que poderia levar a uma unidade e a uma articulação do passado com o presente. À história caberia, pois, alcançar esta unidade:

Tão logo tomamos a poesia e a filosofia como as mais universais e fazemos entrar as obras existentes, somos cercados pela amplitude da literatura. *Para que então não nos percamos neste caos será preciso que tenhamos uma visão de conjunto. Essa visão só pode ser dada histórica e filosoficamente. Não é aceitável querer limitar-se à literatura de um certo tempo ou de uma nação*, pois cada uma remete a uma outra, e todas as literaturas se dispõem não só sequencial mas paralelamente, e assim formam um grande todo. *Pois a literatura só é compreensível pelo todo.* [Grifo meu] (Idem, p. 140)

O que se compreendia por método histórico naquela época – relacionado à sucessão e a ordenação cronológica – é algo também exaltado para o abarcamento deste todo:

Já a ordenação cronológica, a divisão em épocas e tempos, a que o método histórico dá lugar, oferece o espaço filosófico. Por cada período, permite-nos acrescentar observações e anotações pragmáticas sobre o que cada época produziu e levar em conta a divisão filosófica segundo gêneros e modos, a teoria da literatura. (Idem, p. 142)

Acrescentando adiante que a história:

Oferece-nos uma visão clara e viva do todo, segundo seu nascimento e desenvolvimento. Apresenta-nos a condição da ciência e da arte, seu nascimento e seu progressivo desenvolvimento em cada época e cada nação, em sua poderosa extensão e articulações. (Idem, p. 141)

A diversidade temporal e local importa no sentido de reforçar o conjunto das experiências literárias ao longo do tempo. Se a literatura pode ser concebida sob a égide do caos, um caminho para dominá-lo é integrá-lo no todo da história. Desta maneira, para Schlegel, o estudo do desenvolvimento literário de cada época oferece uma pista do que cada uma deixou para a outra como herança e o quanto todas estas heranças em conjunto podem conformar um acúmulo articulado.

A procura por esta unidade histórica na literatura revela, em Schlegel, um entre outros traços na busca pelo espírito que tem regido a humanidade em todos os tempos. A religião, a filosofia, a ciência e a arte alcançam uma superioridade em relação ao mundo quando atingem a universalidade do homem. A viabilidade de uma teoria da literatura se funda justamente no alcance desta consciência humana e na articulação da literatura com a filosofia, pelo fato desta possuir uma forte dimensão universal:

Poder-se-ia indagar se não se deveria privilegiar uma visão de conjunto da literatura através da filosofia, i.e., uma teoria da literatura. É evidente que tal teoria é possível. Todos os gêneros e os modos de poesia e filosofia se deixam construir a partir do conhecimento de nossa própria consciência, ou seja, da

consciência humana. O sistema inteiro das ciências e artes particulares, com suas subclasses e ramos laterais e suas relações recíprocas, deveria ser teoricamente ordenado e disposto. Tal teoria, contudo, para aquele que operasse sem conhecimento histórico, daria uma visão apenas incompleta da literatura; sem a intervenção da história, seria incompreensível. (Idem, p. 140)

Somente desta maneira a literatura poderia contribuir de maneira mais significativa no desenvolvimento intelectual do homem; assim, a literatura poderia colaborar na consolidação do processo de formação (*Bildung*) do ser humano. De acordo com Friedrich Schlegel é em nome deste ideal que a literatura deve atuar:

À verdadeira formação [*Bildung*], que deve sobretudo dirigir para o desenvolvimento das forças superiores do entendimento, da fantasia e do sentimento, pertence o conhecimento da literatura, a familiaridade com as mais eminentes obras da poesia, da filosofia e da história. Nada é mais apropriado do que ela para provocar e manter em movimento a infinita capacidade de desenvolvimento e aprendizagem, fundada no organismo do próprio homem. (Idem, p. 130)

A *Bildung* constitui-se como um ideal de formação bastante particular de pensadores alemães do final do século XVIII e início dos oitocentos, enfatizando a auto-expressão das sociedades por sua competência criativa. O ideal da *Bildung* configurava uma formação cultural e histórica do sujeito, levando em conta a capacidade humana de voltar-se para si mesmo através da reflexão, saindo do próprio centro de gravidade e aberto às mais diferentes experiências; depois de sair de si, o sujeito então retornaria ao seu estágio inicial, transformado e crítico do seu próprio posicionamento no mundo. Longe de ser a expressão de uma obra pronta, a formação se configura como uma constante mudança.

De acordo com Luiz Costa Lima, esta concepção da literatura como ideal da *Bildung* foi uma característica propriamente européia, nunca tendo ultrapassado as fronteiras do Velho Continente (Costa Lima, L.; 2001, p. 151). A literatura brasileira teria se ocupado, antes, com a afirmação da nacionalidade:

Na América Latina a atividade intelectual tinha um caráter ornamental, cujo serviço principal consistia em justificar a formação ou a luta pela constituição de uma nacionalidade. Uma ornamentalidade, em suma, que se socorria da política. (Idem, p. 152)

Conforme propõe Antonio Candido (2000), as idéias da francesa Madame de Stäel teriam se aproximado mais do romantismo brasileiro, sendo inclusive um dos alicerces do movimento nos Trópicos. Segundo Candido, através de Stäel

muitos escritores passaram a tomar conhecimento das diferenças entre clássico e romântico, ressaltando as relações recíprocas entre as produções do espírito e da sociedade. Neste sentido a pensadora francesa concebia a literatura como uma evolução, um contínuo progresso que refletia o aperfeiçoamento humano em todos os tempos (Candido, A.; 2000, p. 286). O título de seu primeiro livro publicado na França em 1800 – após ter tomado contato com toda a reflexão romântica alemã da época – já indica o objetivo da análise da autora: *Da literatura, considerada em suas relações com as instituições sociais*. O foco, portanto, é a apreciação da influência da religião, das leis e dos costumes na literatura, considerando as causas morais e políticas que modificam o espírito dela ao longo do tempo.

Interessa a Madame de Stäel examinar as etapas e analisar o caráter dominante da especificidade de cada país e cada século, levando em conta a literatura em uma acepção ampla, incluindo escritos filosóficos e obras da imaginação. Nas palavras da autora:

Observando as diferenças características que encontramos entre as obras dos italianos, ingleses, alemães e franceses, pensei poder demonstrar que as instituições políticas e religiosas tinham a maior influencia sobre as constantes diversidades. (Stäel, M.; 1987, p. 99)

A leitura do trecho acima indica a importância que Stäel confere ao lugar de onde uma literatura se origina. Ela parte do pressuposto de que as literaturas devem ser analisadas conforme seus países, por isso menciona exemplos dos italianos, ingleses, alemães e franceses.

Da mesma forma que Schlegel, a busca da autora é pelo caráter essencial do homem, considerado em sua universalidade: “É preciso procurar num povo, como num homem, seu traço característico: todos os demais são o efeito de mil acasos diferentes; mas só este constitui o seu ser” (Idem, p. 102). Para a obtenção deste objetivo, dois princípios deveriam ser obedecidos: considerar a beleza conforme o gosto do tempo, tendo em vista que “não existiu pensamento útil que não encontrou seu século e seus admiradores” (Idem, p. 100); ponderar a importância do clima local que seria “certamente uma das principais razões das diferenças que existem entre as imagens que agradam no norte e as que amamos ao lembrar do sul” (Idem, p. 101). Se Madame de Stäel acompanha Schlegel na maneira de considerar a Europa como uma unidade, ela avança no argumento do alemão ao afirmar uma divisão entre as literaturas do sul e do norte. Ainda que

reconheça a possibilidade de se reproduzir em todas as nações emoções que são retiradas da natureza, a autora assinala uma superioridade dos povos do norte, por eles terem se desenvolvido um espírito mais filosófico, motivado pela adoção da religião protestante na maioria dos países. Stäel considera “a Reforma o período da história que mais eficazmente serviu ao aperfeiçoamento da espécie humana” (Idem, p. 105). Uma vez mais, é a particularidade sócio-histórica que define a diferença entre literaturas.

A concepção literária da autora reconhece e busca o traço essencial do homem, levando em conta as características morais, sociais e, sobretudo, temporais. O desejo de história na literatura, em Madame de Stäel, revela-se pela consideração desta dinamicidade temporal que balizará as literaturas – sublinhando com cores fortes a denominada estética historicista. Somente o grande gênio literário conseguirá fugir às conformidades deste gosto temporal e nacional; para ele não haverá regras artísticas ponderáveis.

2.2

O caso brasileiro

Em uma época marcada pela valorização do particular, forjado em nacional, como elemento diferenciador das literaturas, o caso brasileiro tem como traço específico as intensas relações entre a independência política e a literária, levando em conta a declaração de independência política em 1822 – característica esta que foi sublinhada na análise de Machado de Assis em 58. Na apreciação de Antonio Candido (2000) a autonomia política fora importante para a elaboração das idéias românticas por três motivos: com ela, ressaltou-se o desejo de exprimir uma nova ordem de sentimentos pautados em um orgulho patriótico, apresentado como continuidade da idéia de nativismo; como desdobramento, uma vontade de criar uma literatura independente, não apenas uma literatura, colocando o problema do nacionalismo literário e a busca de novos modelos; cria a noção de que a atividade letrada deve servir a uma tarefa patriótica na construção do brasileiro, ainda em nascimento.

A novidade do Brasil atrelava-se profundamente com a novidade literária do romantismo, que servia tanto como fator de diferenciação do nacional, quanto como espaço para inserir o país em pé de igualdade com outras nações do

ocidente. Este é um argumento que o crítico literário português Abel Barros Baptista desenvolve:

A proposta de nacionalização literária que afastasse e distinguisse uma literatura verdadeiramente brasileira da européia e, em particular, da portuguesa, é européia na sua origem e seu sentido, por ser antes do mais de natureza literária, solidária de uma concepção de literatura e de uma atitude perante a tradição que começam a fazer sentido no quadro das tradições da época (Baptista, A.; 2003, p. 25).

Abel salienta que quanto mais a busca pela especificidade do nacional toma conta dos debates acerca da literatura brasileira tanto mais ela se filia ao projeto romântico europeu, que teve uma origem e um sentido fundados no Velho Continente. O autor acrescenta ainda que, com o Romantismo, inaugura-se uma nova maneira de conceber a tradição e esta nova atitude estará presente entre brasileiros e europeus: uma atitude moderna que sublinha principalmente a individualidade da própria época em relação ao tempo histórico. Para Abel, o período romântico na literatura brasileira é especialmente um momento fundador por nele se encontrar a problematização de qual é o começo da literatura brasileira (Idem, p. 24). Por ser uma espécie de *dominador do tempo*, o Romantismo brasileiro autoriza-se a si mesmo permitir ou não o que deve e o que não deve ser considerado brasileiro, ou melhor, literatura brasileira, definindo a homogeneidade de uma nova tradição que se impõe. Nas palavras do escritor português:

As aquisições do romantismo (...) não se entendem corretamente no seu alcance mais decisivo, senão à luz dessa autoridade que o projetou sobre o desenvolvimento da literatura brasileira: um poder legislador que aparece a decidir a homogeneidade de uma tradição e o sentido de um caminho nela fundado, e na sua função não se esgota no romantismo e não tem nele, enquanto movimento cultural e literário, a sua única explicação (Idem, p. 24).

O argumento de Abel é importante aqui para nos ajudar a compreender que a idéia moderna romântica, ao mesmo tempo em que enfatiza a singularidade da época em que é formulada, não encerra suas formulações em sua época específica; ela define uma tradição para trás, quando analisa o passado, e para frente, quando vislumbra um devir. Isso que ele chamou “autoridade e homogeneidade de uma tradição” ou “lei do predomínio nacional sobre a literatura” fundamenta-se na idéia de que a origem da literatura brasileira é que oferece o seu sentido para a posterioridade, e isso significa que, para conhecer a inauguração de um processo é

passo fundamental a compreensão prospectiva dos seus desdobramentos. Se para eles o começo e a distinção da literatura brasileira ocorre na época em que eles vivem – o século XIX – é a própria geração capaz de fornecer às gerações vindouras o sentido de sua existência. O futuro projetado daquele presente deveria encontrar no passado o seu passo fundador.

É neste sentido que a consciência moderna que se forma entre os literatos brasileiros daquela época envolve-se com uma determinada forma de conceber o tempo histórico, correlacionando presente, passado e futuro e, para usar os termos de Reinhart Koselleck (2006), considerar o presente como passado de um futuro e, ao mesmo tempo, como futuro de um passado. Sobre este ponto, com vistas à compreensão do caso brasileiro, convém salientar a armação teórica deste autor, a partir da elaboração das categorias temporais *espaço de experiência* e *horizonte de expectativas*.

Desde a formulação da concepção de história desenvolvida pela Filosofia da História no século XVIII, se estabelece a possibilidade de conceber um tempo histórico em que haja o entrecruzamento entre o passado e o futuro. A experiência é entendida como o passado presente, cujos acontecimentos podem ser incorporados e recordados, de modo que a experiência de cada um tenha contido e conservado uma experiência anterior. A expectativa, por sua vez, é o futuro feito presente, que aponta para o não experimentado, mas que se pode descobrir. A experiência futura se decompõe em trajetos temporais diferenciados, mas antecipados enquanto expectativa. A especificidade da época moderna consiste no deslocamento do espaço de experiência em relação ao horizonte de expectativas. Conforme Koselleck:

A heterogenia dos fins – ‘em primeiro lugar as coisas acontecem diferentes, em segundo lugar diferente do que se pensa’ -, esta determinação específica da seqüência temporal histórica, baseia-se na diferença entre expectativa e experiência. Uma não pode ser transformada tranqüilamente na outra. Mesmo que este resultado seja formulado como uma proposição irrefutável da experiência, dele não podem ser reduzidas expectativas rigorosas (Koselleck, R.; 2006, p. 312).

É por este caminho que os primeiros românticos brasileiros perseguirão o objetivo de encontrar a especificidade nacional, que constitui, sobretudo, numa busca por uma distinção temporal de sua própria época. Isso ocorre justamente porque o projeto romântico brasileiro se pauta numa conexão temporal em que o

futuro apresenta-se como condição para completude do projeto, um futuro tido como espaço de experiências e que se baseia em um determinado espaço de experiências forjado no presente. Ainda que possuam este traço em comum, há peculiaridades em cada uma das formulações de Ferdinand Denis, Gonçalves de Magalhães e Santiago Nunes Ribeiro, particularidades estas que serão ressaltadas a partir de agora.

2.3

F. Denis: natureza brasileira e tradições respeitáveis

Para Maria Helena Rouanet, o francês Jean-Ferdinand Denis (1798-1890) ocupou uma cadeira cativa na produção crítica literária da chamada “Escola Romântica Brasileira”, já que ele se apresentava no século XIX como uma referência obrigatória nos estudos literários brasileiros – “um dos mais assíduos freqüentadores das notas de rodapé” (Rouanet, M.; 1991, p. 139). A imagem que se cultivava de Denis era a do viajante estrangeiro que escrevia sobre o Brasil com o conhecimento de causa de quem percorreu *in loco* as suas mais diversas regiões, já que nos primeiros anos do francês no país, de 1816 a 1820, ele teria passado por diferentes espaços do território brasileiro. O autor era considerado também uma espécie de manual vivo, uma fonte de consulta que, devido a seu apurado gosto pela erudição enciclopédica, opinava sobre os mais diferentes assuntos, desde a botânica, passando pela etnografia, geografia e história. Além disso, Ferdinand Denis simbolizava o olhar que o europeu tinha sobre o Brasil, e mais do que isso, o olhar que exportava as visões sobre o Brasil para o estrangeiro – já que ele fornecia informações a portugueses, alemães e demais europeus. Em matéria de Brasil, o francês é considerado uma importante autoridade.

O que Rouanet destaca é que essa espécie de consenso criado em torno do nome de Denis ocorre devido ao fato dele atender a expectativas locais de leitura, principalmente pela exaltação que oferece à natureza brasileira, exemplo maior de uma “leitura conveniente” (Idem, p. 168). Nas palavras da autora:

Além de ter sido, como se viu, fonte obrigatória de consulta por ser autoridade inquestionável e grande divulgador de tudo o que dizia respeito a este país, Denis fez um bom trabalho em termos do estabelecimento de parâmetros para a instituição de uma imagem da realidade brasileira. (Idem, p.172)

Denis é definido então, seguindo este argumento, como o homem certo no lugar certo: aliava uma autoridade de quem vinha de uma civilização mais avançada, servindo como ponte entre o país e o ocidente civilizado, além de “fazer vista grossa” aos problemas sociais locais, por desconsiderar características da sociedade brasileira que a tornavam totalmente distinta da francesa. Para Ferdinand Denis o que define a especificidade brasileira são suas belezas naturais incontestáveis e incomparáveis, antes do que as possíveis incompatibilidades entre o sistema escravocrata e o liberalismo.

Em 1824, Ferdinand Denis publica seus primeiros apontamentos sobre as terras tupiniquins: são as *Scènes de la nature sous les tropiques*, onde, segundo Antonio Candido (2000), ele descreve romanticamente a natureza brasileira como fonte de inspiração e reflexão. Dois anos depois vai a público o escrito que, segundo Helena Rouanet, traria mais prestígio ao historiador francês: o “Resume de l’histoire littéraire du Portugal, suivi du Resume de l’histoire littéraire du Brésil”, ou simplesmente “Resumo da História Literária no Brasil.”² Neste texto, Denis desenvolve pelo menos dois pontos que viriam a se tornar centrais para os escritos que tratam da formulação da idéia de literatura no Brasil: a centralidade da natureza como fator de diferenciação das terras tupiniquins, o que permite o desenvolvimento no país de uma literatura de qualidade pela inspiração que provoca; e a invenção de uma tradição literária brasileira, que tornará o debate acerca da idéia de literatura no Brasil permeado de historicidade, conformando a premissa de que para discutir o tema da literatura no país é preciso considerar sua especificidade temporal e sua história. Com o “Resumo da História Literária no Brasil” a busca por uma literatura moderna no Brasil toma impulso definitivo.

Logo no princípio do texto, Ferdinand Denis chama a atenção para a importância da natureza local na criação literária, enfatizando que a poesia se apresenta, tal qual a mão do poeta que a cria, filha da terra que a gerou:

Se essa natureza da América é mais esplendorosa que a da Europa, que terão, portanto, de inferior aos heróis dos tempos fabulosos da Grécia esses homens de quem não podia se arrancar um só lamento, em meio a horríveis suplícios, e que pediam novos tormentos a seus inimigos, porque os tormentos tornam a glória maior? (Denis, F.; 1978, p. 37)

² Esta é a tradução de Guilhermino César. In CESAR, Guilhermino(org). *Historiadores e críticos do romantismo – 1: a contribuição européia, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.

Assim ele tece considerações gerais sobre o caráter que a poesia deve assumir no Novo Mundo, caráter específico, portanto, em relação ao Velho Mundo. Aliás, o emprego desta terminologia “velho” e “novo” – que parece lembrar as denominações da Era dos Descobrimentos do século XVI – marca a necessidade não só de afirmação de uma particularidade, mas que esta seja nova, nova em comparação a um velho. É este lugar novo que permite ao viajante e ao poeta experimentar sensações totalmente distintas daquelas as quais ele estava habituado na Europa, possibilitando-o adquirir inspirações poéticas diferentes. Em suma: se existe uma natureza esplendorosa no Brasil, não há porque não existir literatos de qualidade.

Entretanto, para que a literatura pudesse ser brasileira era necessário que se operasse uma transformação entre os habitantes daqui, tocando neles o sentimento de pertencimento a terra. E essa tomada de posição só seria possível com a completa desvinculação político-social a uma região que subordinava as terras brasileiras, ou seja, que fosse desfeito o vínculo político-administrativo com o domínio português. Daí a importância da independência política. Se o primeiro passo já tinha sido dado àquela altura, com a declaração de D. Pedro I em 1822, restava às letras e ao pensamento seguir a mesma linha:

Nessas belas paragens, tão favorecidas pela natureza, o pensamento deve alargar-se como o espetáculo que se lhe oferece; majestoso, graças às obras primas do passado, tal pensamento deve permanecer independente, não procurando outro guia que a observação. Enfim, a América deve ser livre na sua poesia como no seu governo (Idem, p. 36).

O primado da independência aproximava a tarefa dos contemporâneos brasileiros de Denis ao português que proclamou o grito do Ipiranga. Nova em idade política, a juventude da América deveria se justificar também pela novidade no pensamento, tão propício a se desenvolver em uma terra deveras abençoada pela natureza.

A propósito, esta idéia de benção divina da terra é parte constitutiva do argumento de Denis. Isto porque a natureza é tida por ele como sinal máximo do toque da Criação, sendo assim, o espaço mais adequado para o criador-homem, o poeta, encontrar-se em contato com a Criação maior – este é, aliás, um ponto constantemente retomado por José de Alencar. É por isso que na exuberância da

natureza a mente do brasileiro ganha outra energia e os campos brasileiros são vivificados para pensamentos poéticos.

Este pensamento aproxima-se bastante das formulações do pensador francês René Chateaubriand, a quem Denis se considerava devedor. Um dos pontos desenvolvidos pelo autor d' *O Gênio do Cristianismo* assegura que, a partir do contato com a natureza, a imaginação humana encontra-se sozinha diante de Deus e assim garante uma maior aproximação com Ele e a totalidade do mundo. Daí a importância da viagem que permite, *in loco*, que o homem experimente esta sensação, muitas vezes intraduzível para a escrita, e que encontra no Novo Mundo um espaço ideal. Nas palavras de Chateaubriand:

Inutilmente, em nossos campos cultivados, a imaginação procura se estender, mas por todo lado encontra habitações humanas. Mas, nessas regiões selvagens, a alma se delicia em mergulhar num oceano de florestas, em planar sobre o abismo das cataratas, em meditar na margem de rios e lagos, e, por assim dizer, em se encontrar sozinha diante de Deus. (Chateaubriand, R.; 1987, p. 115)

Prosseguindo ainda mais adiante:

Uma noite, afastando-me na floresta, a certa distância da catarata de Nicarágua, logo vi o dia se estender ao meu redor e experimentei, em toda a sua solidão, o belo espetáculo de uma noite nos desertos do Novo Mundo (Idem, p. 115).

Se o verdadeiro Deus, penetrando em suas obras, doou sua grandiosidade a natureza – para manter os termos de Chateaubriand – nada mais favorável ao desenvolvimento do gênio do que esta natureza esplendorosa. É neste sentido que tanto Chateaubriand quanto Denis esboçam uma oposição entre campo e cidade, um como caminho para reflexão e outro para uma degeneração do ser humano. Destarte, a riqueza da natureza brasileira apresenta uma diferença positiva para o Brasil em relação à Europa, pela possibilidade de se criar em terras tupiniquins uma realidade completamente nova para os homens em meio a todo aquele esplendor natural. Ferdinand Denis sentencia este caminho ao propor que:

Essa natureza, muito favorável ao desenvolvimento do gênio, esparze por toda parte seus encantos, circunda os centros urbanos com os mais belos dons; e não é como em nossas cidades, onde a desconhecem, onde muitas vezes não a percebem (Denis, F.; 1978, p. 37).

Se o jovem Brasil deve ter novos, livres e enérgicos pensamentos como ele mesmo, não é por isso que ele deve abrir mão de tradições que o coloquem em pé

de igualdade ante outras nações do ocidente. A necessidade de trazer o passado à tona move-se pelo imperativo de que “o Novo Mundo não poderá passar sem tradições respeitáveis” (Idem, p. 36), e o uso do adjetivo “respeitável” junto às tradições já denota o objetivo que se deseja ao evocar passado. Para Denis, há também de se aprender com os erros do passado para que eles possam não se repetir no futuro – caso da experiência colonial brasileira.

A pergunta que parece fundamental é, pois, como definir a respeitável história de um país ainda tão jovem? Ou ainda, de que maneira é possível conciliar o preceito da especificidade via natureza americana com a exaltação de um passado que remete a um período de sombras e erros? Neste ponto se evidencia, por um lado, uma necessidade de ressaltar uma dimensão particular e nova ao Brasil e, por outro, que esse particular se relacione a uma dimensão universal, que possa inserir o Brasil numa história universal dos homens no ocidente.

Pelo desejo de história destacado no caso de Denis estaria aberto o precedente para considerar a existência do Brasil desde a época colonial, o que significa indagar sobre qual seria a real diferença e individualidade da época pós-independência. De modo a melhor compreender esta relação é preciso ressaltar a dimensão universal que permeia as formulações românticas – mencionadas com força em Friedrich Schlegel e Madame de Staël – e que, neste caso, corresponde ao acúmulo de experiências humanas reunidas em torno de uma História. A referência a esta História serve como porta de entrada do Brasil na obra maior dos homens ao longo do tempo, portanto, para que o país seja considerado uma nação respeitável esta inserção deve estar assegurada.

Neste sentido, o índio será exaltado por Denis e segundo ele deverá ser homenageado pelos poetas, por reunir duas dimensões universais, tanto a da aproximação com a natureza – longe dos vícios da cidade – quanto a da história, já que os nativos representam o sinal vivo dos tempos primeiros e do sofrimento pela passagem devastadora dos colonizadores portugueses.

Celebre desde já o poeta dessas belas regiões os magnos acontecimentos do século; mas não esqueça também os erros do passado; perdue a sua lira por instantes nos galhos dessas árvores antigas, cujas sombras ramadas ocultam tantas cenas de perseguição; retome-a após haver lançado um olhar de compaixão aos séculos transcorridos; *lamente as nações exterminadas, excite uma piedade tardia, mas favorável aos restos das tribos indígenas; e que este povo exilado,*

diferente na cor e nos costumes, não seja nunca esquecido pelos cantos do poeta.(...) [Grifo meu] (Idem, p. 38).

A temática indígena ganha força em Denis como elo de ligação a um passado originário – uma origem que ele deseja que nunca seja esquecida – e ao contato direto com a natureza e, por consequência, Deus.

Esta busca pela determinação das origens do brasileiro e da sociedade brasileira expressa-se também na análise que Ferdinand Denis traça a respeito da literatura nacional. O passado literário é ainda muito recente, o que torna difícil a tarefa de afirmar quando ocorreu a autonomia da literatura brasileira propriamente dita – para isso, a independência política fora fundamental. Ainda assim, para tratar de um assunto tão novo é necessário remeter a um passado e a uma historicidade:

O início da literatura brasileira não data de época muito recuada; entretanto, é muito difícil determinar-lhe a verdadeira origem, já que a separamos por alguns instantes da literatura portuguesa.

Contemporaneamente com os historiadores, surgiram nessa literatura os poetas, e é provável que os primeiros exploradores, cheios de entusiasmo pela aprazível região que contemplavam, reiteradamente a exaltassem. (Idem, p. 41)

Bem semelhante ao que apresentará o jovem Machado de Assis, para Denis o passado colonial produz obras nacionais esparsas, que dependiam fundamentalmente do talento individual dos gênios – cita também Basílio da Gama e Cláudio Manoel da Costa. Esta premissa faz com que Ferdinand Denis apresente uma série de nomes e produções literárias do passado, lançando mão do critério do nascimento na Colônia para a definição das melhores obras literárias nacionais das épocas passadas.

É somente após a independência política no século XIX que a autonomia literária toma impulso definitivamente. A época presente é demarcada como período de origem da literatura brasileira propriamente dita, o que para ele dignifica a tarefa dos literatos contemporâneos. A conexão passado-presente-futuro que caracteriza a busca por um caráter moderno da literatura brasileira desta primeira geração romântica – para usar os termos de Antonio Candido (2000) – aparece fundamentalmente na passagem em que Ferdinand Denis assinala:

O novo mundo não poderá passar sem tradições respeitáveis; dentro de alguns séculos, a época presente, na qual se fundou a sua independência, nele despertará nobres e comovedores evocações (Idem, p. 36).

Como veremos adiante, esta é uma concepção compartilhada por José de Alencar. O trabalho feito no presente aponta para o futuro. E o presente em que Denis vive, no século XIX, o mesmo que cria as tais tradições respeitáveis, possui sua origem fincada a um presente específico que se encontra no passado; é, pois, o presente em que vive, futuro de um passado definido por sua própria época. E, por este mesmo movimento, caberia antecipar o futuro a partir daquele presente, considerando e projetando que a época presente “despertará nobres e comovedoras evocações”.

2.4 Magalhães: sociedade, história e literatura

Se Ferdinand Dinis é o francês que em terras tupiniquins escreve sobre literatura nacional, Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882) é o brasileiro que, viajante da Europa, publica pela primeira vez o seu “Discurso sobre a História da Literatura do Brasil”, em 1836, completamente tomado pela ambiência romântica francesa – isso é o que ele mesmo relata, em carta ao Frei Francisco de Monte Alverne³. De 1833 a 36, o jovem Magalhães viaja pela Europa, prestando cursos em Paris e de passagem por Itália, Bélgica e Portugal. O mencionado texto foi a público no número inaugural da *Revista Niterói-Brasiliense*, depois de apresentado de modo oral e parcialmente, em sessão do Instituto Histórico de Paris três anos antes de publicado.⁴ Em 1865, Magalhães publica mais uma vez o escrito, incluindo-o nos seus *Opúsculos Históricos e Literários*. Para Roque Spencer Maciel de Barros, há uma diferença de perspectiva entre Denis e Magalhães, na medida em que o segundo “escreve muito mais um manifesto do que uma história.” (Barros, R.; 1973, p. 27). Este autor oferece o seguinte resumo para o mencionado escrito:

Trata-se aí da função da literatura e de sua interpretação, de uma visão de história, da necessidade de fundar-se a historiografia literária brasileira, da

³ Carta de 20 de janeiro de 1834 Cf. Roque Spencer Maciel de Barros, 1973, p 25.

⁴ Conforme assegura Jean Baptiste Debret na *Viagem Pitoresca e Histórica do Brasil*, publicada em 1834. Cf. Roque Spencer Maciel de Barros, 1973, p. 35.

indispensabilidade do grande homem; a seguir, cuida-se do significado do domínio português da escravatura, outra vez da concepção e do conhecimento da história e de sua importância, do ecletismo e do “programa brasileiro”; no lance seguinte fala-se das condições em que floresceu a poesia brasileira, de sua temática, do meio, da religião, das épocas do Brasil e da sua história, sobre as revoluções e sua literatura; no passo final, cuida-se das relações entre o meio, o ‘caráter nacional’ e a poesia, para terminar por uma exaltação do gênio. (Idem, p. 27)

Roque Barros sugere que, antes de enumerar nomes e obras do passado literário brasileiro, como faz em boa parte Ferdinand Denis, o objetivo de Gonçalves de Magalhães é tecer reflexões sobre a história literária, ressaltando a necessidade de formação de uma historiografia da literatura no Brasil – da qual ele mesmo não participa, pois não apresenta neste texto uma sucessão encadeada de autores e períodos literários como fizeram outros historiadores contemporâneos. Assim, Magalhães propõe-se a pensar o lugar da sociedade e da história na formação de uma idéia nacional de literatura, considerando-a, sobretudo, um entre outros meios possíveis de empreender um projeto educativo para a nação em formação. Tal projeto educacional, voltado para uma nova ação dos homens, parece estar acima de tudo para Magalhães.

A tarefa de construção nacional pelas letras é acompanhada por um instinto de missão. Neste sentido, assinala Gonçalves de Magalhães:

Toca ao nosso século restaurar as ruínas e reparar as faltas dos passados séculos. Cada Nação livre reconhece hoje mais do que nunca a necessidade de marchar. Marchar para uma Nação é engendrar-se moralmente, é desenvolver todos os elementos da civilização. (Magalhães, G.; 1980, p. 30)

Para Magalhães, a responsabilidade do seu século é, sobretudo, uma responsabilidade histórica. Levando em consideração que o passado brasileiro é marcado por uma escravidão em todos os níveis – para além da servidão negra, o período colonial é tido como um tempo de escravidão do Brasil pela Metrópole Portuguesa – após a independência do país seria um dever dos homens de letras incitar o povo a tomar uma nova atitude para que se pudesse desenvolver em terras americanas os elementos da civilização. Afinal o Brasil não poderia permanecer imóvel ante o movimento do ocidente de civilização dos povos.

O impulso a tal movimento era a Revolução de 1789 e o Grito do Ipiranga, seria um eco daquele acontecimento. A jovem nação brasileira mudava a sua filiação; de Lisboa para Paris, era, pois, “filho dessa nação famosa que abalou

todos os tronos da Europa, e repartiu com os homens a púrpura e os cetros dos reis” (Idem, p. 33). Para isso, seria necessário que alguns vícios do passado de trevas fossem superados, o que significa, inclusive, o gradativo fim da escravidão negra⁵. Observando por este lado, Magalhães deseja de uma vez por todas romper com um tempo de sombras, inaugurando em seu lugar, um novo momento na formação da nacionalidade brasileira.

Por outro lado, Magalhães não deixa de levar em conta a importância da história e do princípio da continuidade histórica para a construção deste novo tempo. Ao contrário, ele assinala:

Tudo o que puder concorrer para o esclarecimento da história geral dos progressos da humanidade merecer deve a nossa consideração. Jamais uma nação poderá prever o seu futuro, se não conhece o que ela é comparativamente com que ela foi. Estudar o passado é ver melhor o presente, é saber como se deve marchar para um futuro mais brilhante. (Idem, p. 31)

Ao autor dos *Suspiros Poéticos*, portanto, a compreensão da história atende também a um fim ético, na medida em que a leitura do passado é compreendida como uma maneira do sujeito *aprender melhor como se deve marchar*. Como no caso de Ferdinand Denis, uma vez mais o acesso ao passado visa a construção de um novo futuro. Já nas primeiras palavras do texto este ponto fica sublinhado:

A literatura de um povo é o desenvolvimento do que ele tem de mais sublime nas idéias, de mais filosófico no pensamento, de mais heróico na moral, e de mais belo na natureza; é o quadro animado de suas virtudes e paixões, o despertador de sua glória, e o reflexo progressivo de sua inteligência; e quando esse povo, ou essa geração, desaparece da superfície da terra com todas as suas instituições, crenças e costumes, escapa a literatura aos rigores da importância do povo, do qual é ela o único representante de sua posteridade. (Idem, p. 24)

Assim, a idéia de literatura moderna mantém-se completamente atrelada a história e ao fluxo do tempo, assegurando grande importância ao futuro. A história do desenvolvimento de um povo encontra sua materialização escrita pela literatura, compreendida em um sentido amplo, como conjunto de produções letradas. Neste sentido, o literato há de ter consciência de que carrega em sua pena o que há de

⁵ Acerca da questão da escravidão em Gonçalves de Magalhães ver RANGEL, Marcelo de Mello. *Reflexão e diálogo. Liberdade e responsabilidade em Gonçalves de Magalhães e a construção da Nação Brasileira*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 2005.

mais importante na passagem de sua geração pela Terra, o “reflexo progressivo de sua inteligência”, e que ficará marcado para períodos posteriores.

E esta forma de conceber um determinado uso para o passado parece ter permanecido em Magalhães até 1865 quando o “Discurso sobre a história da Literatura no Brasil” conheceu uma nova publicação. Neste ano, o alemão Ferdinand Wolff ocupava-se com uma coletânea de escritos sobre o Brasil literário destinada a ter circulação na Europa. Chamava-se *Le Bresil Littéraire, Histoire de la Litterature Brésilienne, suive d’un choix des morceaux des meilleurs auters*. Na advertência desta edição o autor tece comentários acerca do que escrevera trinta anos antes:

Trabalho que empreendemos no entusiasmo da juventude com o fim de chamar a atenção da mocidade brasileira para o estudo dos documentos esquecidos da nossa limitada glória literária, a excitá-la ao mesmo tempo a engrandece-la e revelá-la com novos escritos originais, que exprimissem nossos sentimentos, religião, crenças e costumes, e melhor revelassem a nossa nacionalidade. (Idem, p. 23)

Mesmo não tendo levado adiante o projeto de escrever uma história literária propriamente dita – após o “Discurso”, Magalhães nada publica sobre o assunto – o literato mantém-se fiel à convicção de fazer lembrar os principais feitos do passado literário, ou seja, as obras que reuniam em si o que o passado havia deixado de mais importante para o presente. A literatura é para ele a expressão mais exata da cultura de um povo, por isso, o melhor espaço para este povo revelar sua nacionalidade. A esse respeito, João Cezar de Castro Rocha (1999) acrescenta que existia entre literatos como Magalhães uma essencial matriz da nacionalidade que, delimitada no presente, buscava no passado uma linha de evolução constante – esta matriz da nacionalidade é semelhante ao que Abel Baptista definiu como “lei da nacionalidade essencial”, já mencionada aqui. A evolução histórica é comandada por este princípio de seleção que assegurava o progresso da nação e, ao mesmo tempo, garantia o reforço daquele princípio. E este ponto aproximava a tarefa dos historiadores da literatura à dos historiadores que cuidavam dos acontecimentos da sociedade brasileira.

A possibilidade de coordenar o fio condutor das épocas passadas em um sentido é tratada por Magalhães como uma característica diferencial de sua época:

É mister um concurso de extensos conhecimentos para se poder traçar a sua história geral ou particular, e *não perder-se de vista a idéia predominante do século, luminoso guia na indagação e coordenação dos fatos, sem o que a história é de pouco valor, e seu fim principal iludido.* [Grifo meu] (Idem, p. 26)

O literato atribui a seu próprio tempo a tarefa de construir um quadro histórico da literatura brasileira, considerando a origem, o progresso e as diferentes circunstâncias em diferentes tempos. Deste modo, o século XIX é apresentado como o primeiro momento da história do Brasil em que se indaga pela origem, caráter, progressos, fases e suas condições de produção. Responder a essas indagações significa conhecer o estado da sociedade brasileira em cada época, desde seu descobrimento pelos portugueses, passando pelas diferentes mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Se a literatura de um país caminha lado a lado com os avanços e retrocessos da sociedade que a gera, no caso brasileiro o período colonial é marcado por tentativas literárias isoladas, motivadas apenas pela inspiração do gênio – nota-se aqui uma semelhança desta idéia de Magalhães a de Ferdinand Denis em 1826, e o que defenderá, por sua vez, Machado de Assis em 1858. A partir desta afirmação, o escritor assegura um segundo traço diferenciador de seu tempo: a possibilidade de formar uma literatura especificamente brasileira, aberta após a independência política. É este fato sócio-político que assegura a viabilidade de uma evolução literária que não se restrinja a manifestações esparsas:

Do que fica dito podemos concluir que o país se não opõe a uma poesia original, antes a inspira. Se até hoje a nossa poesia não oferece um caráter novo e peculiar, é porque os nossos poetas, dominados pelos preceitos, se limitaram a imitar os antigos (Idem, p. 38).

A formação da literatura brasileira aparece como uma tarefa que está em pleno processo. Se esta formação atrela-se a um passado pensado enquanto espaço de experiência, ela não se restringe ao vínculo que estabelece como este passado ou esta tradição, “não escraviza-se pela cega imitação” para usar os termos de Magalhães. Há uma estrada aberta pelos homens ilustres do passado e é a ela que os do presente devem percorrer:

Como não estudamos a história só com o único fito de conhecer o passado, mas sim com o fim de tirar úteis lições para o presente; assim, no estudo do que chamamos modelos não nos devemos limitar à sua reprodução imitativa. *A estrada aberta pelos nossos ilustres maiores, que podemos considerar em caracol em uma montanha, ainda não tocou ao seu cume; se aspirarmos chegar a ele, o*

mais seguro caminho é trilha-la, mas com cuidado que nos não deixemos encantar pela harmonia das vozes dos cisnes que a ladeiam. [Grifo meu] (Idem, p. 38)

Após a leitura deste trecho, um dos últimos do “Discurso sobre a História da Literatura no Brasil”, é possível chegar às seguintes questões, válidas também para a proposta alencariana: se a estrada aberta no passado ainda não alcançou seu cume e aspira-se chegar até ele, seria este cume alcançado algum dia, em algum futuro? Ou a cada presente do futuro este cume se ampliaria? Encontrar o cume seria, nesta concepção, mais importante do que buscá-lo incessantemente?

2.5

Santiago e a defesa de uma *cor temporal*

Para Gonçalves de Magalhães a colonização portuguesa no Brasil marcou um período de degeneração na história brasileira, do qual o país precisava se desvencilhar. O vínculo ou dependência com Portugal obstruiu o progresso da civilização e, como conseqüência, a situação político-social do país impedia o desenvolvimento das letras e das artes. O passado colonial, signo do atraso e de uma situação de escravidão que precisava ser superada, era assim definido por este jovem Magalhães:

Mesquinhas intenções políticas, por não dizer outra coisa, ditavam leis absurdas e iníquas que entorpeciam o progresso da civilização e da indústria.

Para o Brasileiro no seu país, obstruídas e fechadas estavam todas as portas e estradas que podiam conduzi-lo a ilustração. Uma só porta ante seus passos se abria; era a porta do convento, do retiro, do esquecimento! [Grifo meu] (Idem, p. 28)

O que Magalhães ressalta é uma oposição entre brasileiros e portugueses, afastando-se da idéia de que o brasileiro possui uma origem lusitana. O português é visto, antes de tudo, como um invasor que escravizou aos brasileiros nativos, considerados os verdadeiros donos da terra. Considerando o parâmetro de uma unidade nacional através do tempo, Magalhães afirma a existência do *brasileiro* já na época colonial, momento em que ele convivia com todas as mazelas proporcionadas neste período:

Triste é sem dúvida a recordação dessa época, em que o Brasileiro, como lançado em terra estrangeira, duvidoso em seu próprio país vagava, sem que dizer pudesse: isto é meu, neste lugar nasci! Envergonhava-se de ser brasileiro, e

muitas vezes com o nome de Português se acobertava para ao menos como um ente de espécie humana, e poder alcançar um emprego no seu país. (Idem, p. 29)

Esta nacionalidade essencial, unificadora de diferenças em torno de uma homogeneidade temporal, é uma característica central que marca os textos dos primeiros historiadores da literatura brasileira, segundo Regina Zilbermann (1999). De acordo com esta pesquisadora, três seriam as atribuições principais dos autores que se ocupavam em dar conta do passado literário nacional: a listagem do material, configurando um corpus literário; a elaboração de uma estória, coerente e com fio condutor aceitável; e o estabelecimento de classificações, o que significaria confirmar que todo o material cotejado pertencia à nação brasileira, tendo surgido antes do próprio Brasil existir enquanto país independente. Cabia a estes escritores, sobretudo, “verificar a presença da cor local no interior do material incipiente com que labutavam” (Zilbermann, R.; 1999, p. 27), de modo a preencher quaisquer lacunas possivelmente existentes nos períodos históricos analisados. O trecho acima destacado parece confirmar tal argumento: o *brasileiro* de Magalhães, que caminha pela própria terra em pleno século XVIII é sinal desta essencialidade nacional no tempo, pois o autor não leva em conta a possibilidade de que, àquela altura do período colonial, ainda não era possível especificar um sentimento nacional no habitante do Brasil.

Tal busca por uma unidade nacional no tempo encontrou grande oposição em Santiago Nunes Ribeiro, um chileno radicado desde criança no Brasil. De acordo com Zilberman, a principal diferença de Santiago em comparação a outros escritores de seu tempo é a preocupação central dele em distinguir especificidades temporais, reconhecendo como nenhum outro o quanto valores vigentes de cada época interferiam nas formulações e nos gostos literários dos autores e críticos. Interessava especialmente ao editor da *Revista Minerva Brasiliense* – revista literária que veio a substituir a *Niterói* como espaço de debates dos homens de letras – destacar as marcas da nacionalidade, conforme as tendências da época, mas contextualizadas em sua particularidade histórica. Esta é uma das questões centrais que aparecem no seu “Da nacionalidade da literatura brasileira”, texto publicado em 1843 no prefácio do primeiro número da *Minerva*.

É o próprio Santiago Nunes Ribeiro que apresenta ao leitor um resumo do referido texto:

Como a poesia é a mais viva e fiel expressão da sociedade nós quisemos apreciar a nacionalidade da arte brasileira; mas antes de fazê-lo, preciso foi desfazer os argumentos de dois críticos que tinham considerado a literatura deste país, já como nula, já como pertencente a outro. Em seguida procuramos examinar outra opinião emitida por alguns literatos eminentes que só concedem ao Brasil uma literatura imitativa, transplantada, exótica. Em terceiro e último lugar tentamos provar que os poetas brasileiros tinham cantado os sentimentos e crenças nacionais, que no gênero descritivo tinham feito belíssimas pinturas. (Ribeiro, S.; 1980, p. 72)

É possível apresentar nesta passagem três pontos que ressaltam os eixos norteadores do texto: o primeiro refere-se a questão da literatura como expressão da sociedade e da nacionalidade brasileira, questão esta que reforça a tese de Magalhães; por outro lado, ele se afasta da idéia do autor dos *Suspiros Poéticos* de que o Brasil ainda não possuía uma literatura específica. Por este caminho Santiago sublinha a importância de se considerar as condições históricas de produção de uma obra literária, ressaltando a importância e a qualidade dos escritos dos poetas coloniais, que imersos em uma especificidade histórica e social, contribuíram fundamentalmente com belas obras para a literatura nacional em todos os tempos.

Santiago procura desenvolver um outro argumento que também se relaciona com a questão da especificidade temporal na constituição literária: o de que as literaturas de Brasil e Portugal já eram independentes, ainda que utilizassem a língua portuguesa. Deste modo, o articulista responde diretamente a um texto do português José da Gama e Castro publicado no *Jornal do Comércio* um ano antes do seu – ponto que será desenvolvido mais adiante. Seria a literatura brasileira um braço da portuguesa pelo fato de ambas compartilharem a mesma língua? Esta indagação, central para o texto de Santiago, será também problematizada por José de Alencar, anos mais tarde, no momento em que ele discute a relação da literatura como forma de incorporar as especificidades da língua brasileira – vale lembrar que no texto “Benção Paterna” de 1872, já citado aqui, Alencar defende a importância do literato incorporar linguajares orais ao corpo das produções literárias, ressaltando a dinamicidade da língua nacional e, por consequência, de sua literatura. Neste caso, o argumento de Alencar se assemelha ao de Santiago: o Brasil possui uma literatura específica, como é também específica a particularidade temporal que esta literatura se encerra. O traço moderno de uma experiência literária é conferido por cada momento histórico e no caso brasileiro não é diferente.

Por este caminho, Santiago questiona a afirmação de Gonçalves de Magalhães no “Discurso sobre a História da Literatura no Brasil” quando o literato assevera:

A poesia brasileira não é uma indígena civilizada; é uma grega vestida à francesa e à portuguesa, e climatizada no Brasil; é uma virgem do Helicon que, peregrinando pelo mundo, estragou seu mandato, talhado pelas mãos de Homero, e sentada à sombra das palmeiras da América, se apraz ainda com as reminiscências da pátria, cuida ouvir o doce murmúrio da castalia, o trepido sussurro do London e do Ismeno, e toma por um rouxinol o sabiá que gorjeia entre os galhos da larajeira. (Magalhães, G.; 1980, p.32)

O editor da *Minerva* responde, por sua vez:

O gênio dos brasileiros pertence ao clima, ao solo, ao Brasil finalmente. Assim em vez de considerar a poesia do Brasil como uma bela estrangeira, uma virgem da terra Helênica, transportada às regiões do novo mundo, nós diremos que ela é filha das florestas, educada na velha Europa, onde a inspiração nativa se desenvolveu com o estudo e a contemplação de ciência e natureza estranha. (Ribeiro, S.; 1980, p. 59)

Com a leitura das duas passagens, se reforça a diferença entre Magalhães e Santiago. Para o primeiro a literatura brasileira é ainda um ideal fortemente vinculado com a tradição grega, e o lugar habitado pelo poeta serviria apenas como uma espécie de climatização para o surgimento de suas idéias. A literatura ocidental possui uma origem específica, a Grécia de Homero, e encontra no clima brasileiro um lugar passageiro para alargar uma tradição já criada e desenvolvida pelos clássicos; algo semelhante a uma fôrma literária que já estivesse pronta, restando apenas ser apropriada pelas especificidades locais – tal concepção será um importante ponto de crítica de Alencar a Magalhães, como veremos adiante. Do ponto de vista de Santiago, o gênio brasileiro constrói-se a partir do clima e da especificidade local da terra *matter*; a literatura não é *transportada*, vinda pronta de um lugar para outro, mas *criada* conforme as circunstâncias locais de produção. A Europa a educa, mas não a veste totalmente em suas características.

A criação literária decorrente de uma terra *matter*, de onde floresce a poesia, ressalta a importância da natureza para a definição dessa idéia de literatura. O solo afortunado é lugar de profunda inspiração das obras literárias, ponto este fundamentado também com Ferdinand Denis. Nas palavras de Santiago:

Sim: o belo fenomenal se mostra com a maior pompa neste solo afortunado; e não poucos artistas brasileiros e estrangeiros beberam nele a inspiração mais pura, a inspiração criadora de obras excelentes, revestidas de vivas cores, de danosas formas, idealizadas nas harmonias da arte musical e poética. (Idem, p. 48)

Além disso, Santiago salienta a importância da ação das causas naturais e do seu caráter orgânico:

Quando vemos que o organismo dos seres vivos não pode subtrair-se à ação dessas causas naturais, como não admitir que as faculdades mais nobres participem da ação dessa influência e que os produtos da inteligência devem ressentir-se dela? (Idem, p. 46)

Por este princípio, a obra literária constitui-se como a união de dois fatores: a inspiração oferecida pela natureza do local onde ela é concebida e a criatividade da inteligência genial do artista que a elabora.

Tal concepção evidencia um modo amplo de compreensão literária, não restrita apenas no caso brasileiro ou oitocentista. Isso significa que, para Santiago Nunes Ribeiro, qualquer experiência literária manifesta simultaneamente princípios tradicionais e novos, sendo que estes últimos nascem intrincados e independentes em relação àqueles. Eis o cerne da concepção moderna de Santiago: o novo é autônomo, mas vinculado à tradição. É neste sentido que o articulista afirma:

O pensamento dominante em qualquer época se desprende pouco a pouco das crenças, das idéias que os livros e as doutrinas perpetuam: estas vão desaparecendo ou assumem um caráter hostil à medida que o novo pensamento as absorve ou as repele. *E desta maneira é fácil explicar a manifestação simultânea de princípios tradicionais e princípios novos que em todas as literaturas coexistem, e se harmonizam ou guerreiam.* [Grifo meu] (Idem, p. 44)

José de Alencar proporá nas “Cartas sobre a Confederação dos Tamoios” que as polêmicas literárias são os lugares mais profícuos para a produção de idéias modernas. Por este lado, uma vez mais seu argumento estará em acordo com Santiago. Da maneira como é exposto acima, o pensamento novo próprio a cada época pode se formar tanto em harmonia e em paralelo, como em oposição ou em guerra, com relação aos princípios antigos. A formação da idéia nova é sinal de um desprendimento à idéia antiga, que aos poucos adquire caráter de tradição em relação a um determinado presente. A formação deste princípio novo ajuda a compreender a situação da literatura brasileira daquela época: a novidade do

Brasil e de um pensamento brasileiro o faz confrontar-se ou harmonizar-se a um determinado tipo de tradição, traçada de acordo com a especificidade de cada tempo presente. O caráter próprio de cada época constitui-se justamente desta tensão entre harmonia ou oposição a algo considerado antigo.

Conforme mencionado em linhas acima, outro alvo de Santiago é o artigo do português José da Gama e Castro, publicado no *Jornal do Commercio* em 29 de janeiro de 1842, em que ele defende o atrelamento da literatura brasileira com a portuguesa pelo fato delas serem escritas na mesma língua. Nas palavras de Gama e Castro:

Fala-se de literatura brasileira por hábito, por vício, talvez por excesso de patriotismo; mas a verdade é que, em todo o rigor da palavra, literatura brasileira é uma entidade que não só não tem existência real, mas que até não pode ter existência possível; porém em eu me explicando melhor, estou persuadido que todo o mundo m'a ficará tendo por axioma.

A literatura não toma o nome da terra, toma o nome da língua: sempre assim foi desde o princípio do mundo, e sempre há de ser enquanto ele durar.(...)

Deus nos livre que a literatura fosse mudando de nome com a dependência ou independência dos povos a que se ela se refere. (Gama e Castro, J.; 1980, p. 124-5)

Em contrapartida, para o chileno, uma língua se distingue de outras pelas características sociais do povo que a pronuncia no cotidiano. Por este motivo, a língua se submete às mudanças operadas na sociedade, da mesma maneira que a literatura. Considerando todas as diferenças culturais que separam Portugal e Brasil, ele considera que a matriz da língua de ambos é a mesma, porém suas características peculiares já podiam definir duas línguas e duas literaturas separadas. Nas letras de Santiago:

Não é princípio incontestável que a divisão das literaturas deve ser feita invariavelmente segundo as línguas em que se acham designadas. Outra divisão talvez mais filosófica seria a que atendesse ao espírito, que anima, à idéia que preside os trabalhos intelectuais de um povo, isto é, de um sistema, de um centro, de um foco de vida social. Este princípio literário e artístico é o resultado de influências, do sentimento, das crenças, dos costumes e hábitos peculiares a um certo número de homens, que estão em certas e determinadas relações, e que podem ser diferentes entre alguns povos, embora falem a mesma língua. As condições sociais e o clima do novo mundo necessariamente devem modificar as obras nele escritas nesta ou naquela língua da velha Europa. (Ribeiro, S.; 1980, p. 46)

O que Santiago defendia era uma visão que pusesse o foco na vida social, considerando a vida dinâmica e a produção epocal de cada sociedade. A divisão

das literaturas deveria partir deste ponto de vista; somente por ele poder-se-ia alcançar a essência da idéia que preside os trabalhos intelectuais. Por este motivo, o autor defende que as considerações específicas dos povos traçam o caráter específico de sua literatura, correlacionando as condições sociais e o clima – corroborando as assertivas de Madame de Stäel já apresentadas aqui.

Em “Da nacionalidade da literatura brasileira”, Santiago Ribeiro criticava especialmente a elaboração dos programas estéticos literários que tomavam o gosto presente como único parâmetro definidor, constituindo o que ele denominou “tirania do tempo presente”. Um dos principais argumentos do autor é o de que “não seria lícito exigir de um século o que ele não podia dar” (Idem, p. 51) e isso significa o seguinte: considerar especificidades temporais é o passo primeiro para a compreensão das diferenças e da diversidade criativa do homem ao longo de todos os tempos. A fundamentação de Santiago chega à seguinte indagação:

A poesia brasileira da época anterior à independência foi o que devia ser. Porventura poderia ela ser a expressão das idéias e dos sentimentos de outros tempos? (Idem, p. 51)

Neste sentido, para Santiago, a especificidade temporal baliza as condições de produção de uma idéia ou, em outras palavras, ninguém pode sentir inspirações estranhas ao seu tempo. O alcance do belo é senão um caráter essencial encontrado em um tempo, que pode ser traduzido em obra literária:

Pensar que era muito fácil ao poeta compreender ou representar o belo de outro modo que não daquele que a sua época e tendências individuais exigiam é querer o impossível.(...)

Quando não atende ao caráter de cada uma das fases literárias, a cada uma das modificações que a arte recebe das causas interiores e exteriores, não se faz justiça aos homens desta ou daquela época, só porque neles vemos o que chamamos defeitos. (Idem, p. 52)

Mais adiante, Santiago responde:

“Não; isto seria voltar aos princípios acanhados da crítica dos clássicos. Procuraremos pois compreender que o gosto é, como Goethe o ensina, a justa apreciação do que deve agradar em tal país ou em tal época, segundo o estado moral dos espíritos. Ora, como conhecer o estado moral sem atender à religião, aos costumes, às instituições civis? Quem quiser estudar a literatura fora de tudo quanto forma que contribui a existência social de um povo, criará uma espantosa mentira, como Chateaubriand lhe chama, e além disso ficará privado de uma fonte de prazeres.” (Idem, p. 53)

Em Santiago Nunes Ribeiro, o desejo de história conectado a uma idéia moderna expressa-se pela necessidade de reconhecer nas diferenças temporais a compreensão da pluralidade das experiências criativas do homem ao longo do tempo. Isso significa que, para Santiago, não é recomendável que se peça a formas literárias passadas o mesmo ideal de beleza que se encontra na própria época; sem este cuidado, há sempre o risco de se perder a riqueza específica de cada época, que pluraliza as literaturas, e permite que cada tempo, inclusive o presente, consiga desenvolver uma criatividade específica. Esta é a saída para fugir do risco da imitação, ou seja, fundar uma originalidade, um moderno a partir das condições de cada presente. A esta concepção, Alencar acrescentará que é importante que seu tempo presente busque uma forma específica para a literatura brasileira em formação.

Este parece ser o tom da crítica de Santiago ao “Discurso sobre a história da Literatura no Brasil”: o fato de Magalhães não conseguir reconhecer que o problema do Brasil como assunto literário é uma questão própria do presente. A tarefa de apreciar as condições peculiares da literatura brasileira encontrava-se intimamente atrelada ao trabalho de pensar sobre o seu passado, ainda que o autor reconhecesse o quão difícil seria pensar o passado literário de uma literatura ainda tão incipiente. A respeito deste ponto assinala o chileno: “A história não apresenta época alguma que não tenha caráter específico, sua fisionomia própria e demonstrativa da idéia providencial que a rege.” (Idem, p.42) Se cada época possui um caráter específico, tal peculiaridade remete-se sempre a um todo, a uma universalidade anterior, que em Santiago está na idéia de que a Providência Divina rege a História. Assim, cada particularidade se remete a uma totalidade e, neste caso, a uma totalidade anterior e superior, o que o aproximaria ao Friedrich Schlegel traçado aqui. O campo histórico é, portanto, terreno de uma dinâmica própria a cada presente e de uma unidade coesa e transcendental, em que se encontra a História universal de todos os tempos. Por esta via, ainda que nova tal qual o país, a literatura brasileira possui um traço coeso e universal, uma presença divina e uma tradição literária que a colocam em pé de igualdade com outras nações ocidentais; remetendo-se a este todo, a esta história de todos os tempos, a literatura do Brasil possuiria um passado remoto, ainda que fosse nascente.